

INTERSECCIONALIDADE E ESPAÇO URBANO: FAZER-CIDADE DAS TRABALHADORAS AMBULANTES E SEXUAIS NAS PRÁTICAS DE RUA

INTERSECTIONALITY AND URBAN SPACE: CITY-MAKING OF AMBULANT AND SEXUAL WORKERS IN STREET PRACTICES

Aleida Fontoura Batistoti¹
Gabriela Pinto de Moura²

Resumo:

O presente artigo busca construir uma reflexão acerca do trabalho de rua realizado por mulheres ambulantes e prostitutas em diálogo com o espaço urbano, mobilizando a interseccionalidade e o fazer-cidade enquanto ferramentas teórico-analíticas. Concluimos que, a despeito das vulnerabilidades às quais estão expostas, as trabalhadoras são ativas na produção da cidade cotidiana, se agenciam, constroem redes de sociabilidade e táticas de disputa e resistência, consolidando a rua como também feminina e negra.

Palavras-chaves: interseccionalidade; fazer-cidade; práticas de rua.

Abstract:

This article seeks to think on the street work carried out by street women and prostitutes in dialogue with the urban space, mobilizing intersectionality and the city-making as theoretical-analytical tools. We conclude that, in spite of the vulnerabilities to which they are exposed, the workers are active in the production of the everyday city, agency themselves, build networks of sociability and tactics of dispute and resistance, consolidating the street as well as feminine and black.

Keywords: intersectionality; city-making; street practices.

Introdução

Apesar de a democracia moderna pregar a universalização do reconhecimento e do acesso a direitos para todos os sujeitos que dela participam, sabemos que na origem de seu projeto político está a construção de uma ordem social pautada na valorização do sujeito branco, cis-heterossexual e masculino. Nesse sentido, trazemos para o debate aquelas que “fogem à

¹Mestranda em Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em assistência técnica, habitação e direito à cidade pela residência em arquitetura e urbanismo e engenheira (RAU+E/UFBA), bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) email: aleidabatistoti@gmail.com

²Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES). email: gabrielapdm15@gmail.com

norma”, não o oposto, mas o diverso desse padrão-modelo. Aqui nos interessam as mulheres das margens, ou ainda, as que se encontram à margem³: mulheres, em sua maioria negras e pobres, cotidianamente engajadas em práticas de rua através do exercício de trabalhos ambulantes e/ou sexuais. De modo geral, por práticas de rua entendemos aquelas que acontecem no espaço da rua durante o período de trabalho, mas que extrapolam a prática do trabalho em si: é a presença, a permanência, os movimentos, as ações; é uso, função, tempo, a vida ali existente; são os agenciamentos feitos, são práticas cotidianas realizadas nas ruas pelos mais variados sujeitos, dentre os quais as trabalhadoras de ruas.

Entendemos que as trabalhadoras ambulantes e sexuais compõem um grupo exposto a diversas vulnerabilidades devido à posição social que ocupam no entrecruzamento de diferentes marcadores sociais de poder, como gênero, raça, classe, sexualidade e geracional, que agem na produção e na reprodução de desigualdades⁴. Por outro lado, também é importante considerar que, mesmo sendo oprimidas por relações de poder assimétricas, as mulheres não estão em uma posição pacífica, elas se agenciam a partir da posição social que ocupam, se articulam, se movimentam, constroem a cidade e sua prática de trabalho no dia-a-dia, e, por isso, não devem ser enxergadas apenas na posição última de oprimidas ou vítimas. Apesar disso, a abordagem teórica recorrente nos estudos referentes aos pobres, trabalhadores e classes populares tem sido a de afirmar o lugar da “qualificação pela negação”⁵.

Dessa forma, paradigmas devem ser questionados e revistos, novas epistemologias mobilizadas. Por isso, empreendemos uma revisão bibliográfica neste artigo com o intuito de contribuir com reflexões teórico-analíticas que apresentem outras perspectivas sobre as trabalhadoras ambulantes e sexuais, e suas práticas de rua. A partir da articulação da interseccionalidade como uma ferramenta metodológica para a leitura do espaço urbano, e da aplicação do conceito de fazer-cidade⁶, pretendemos expor o atravessamento dessas práticas de trabalho pelo racismo, machismo e sexismo instaurados na sociedade e espacializados nas cidades brasileiras, mas sem deixar de reconhecer a presença e a importância das

³Acerca de “margem”, Thais Rosa (208) apresenta que as reflexões contemporâneas assumem um viés crítico e político à noção, recusando-se a pensá-la apenas na chave da ausência, da falta ou da exclusão, e abordando-a de forma relacional e multiescalar. As “margens” seriam, portanto, analisadas em sua relação intrínseca com o “centro”, são os “supostos necessários” do Estado, da sociedade e da cidade. ROSA, Thais T. “Pensar por margens”. In: JACQUES, P.; PEREIRA, M. (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I - modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018; pp. 176-204.

⁴HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014; pp. 61-73. AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

⁵ROSA, Thais T. *Op. Cit.*, pp. 181.

⁶AGIER, Michel. “Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro”. **MANA**, v. 21, n. 3, 2015; [pp. 483-498] p. 484.

trabalhadoras enquanto agentes ativas na produção da cidade⁷, que ocupam espaços que não foram e/ou não são pensados para elas, como a rua, e reivindicam assim o direito de “estar ali”⁸, de trabalhar, e conseqüentemente, o direito à cidade.

Cabe ressaltar que as reflexões e discussões levantadas neste artigo são um esforço coletivo para articular questões desenvolvidas por duas pesquisas de mestrado em andamento, que se atêm, cada qual, no estudo de uma das práticas de trabalho aqui mobilizadas: trabalho ambulante e prostituição⁹. O artigo segue com uma breve apresentação de ambos os trabalhos de rua, expondo tanto os discursos estigmatizantes que os rondam quanto sua importância para a agência da vida de mulheres pobres e negras, e de seus familiares e dependentes. Posteriormente, apresentaremos o aporte teórico-conceitual que acreditamos fornecer base para uma análise da cidade produzida por trabalhadoras de rua do ponto de vista interseccional, para então adentrarmos especificamente no fazer-cidade das trabalhadoras ambulantes e sexuais a partir de suas práticas de rua.

Para além dos estigmas: trabalho de rua como trabalho digno

Alguns dados têm evidenciado a relação entre gênero, raça e pobreza no Brasil. De acordo com o levantamento de 2015 do PNAD/IBGE, o rendimento médio mensal de trabalhadores brancos foi de R\$ 2.509,00, enquanto o de trabalhadoras negras foi de R\$ 1.027,00. Ou seja, as mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos. Além disso, elas estão mais sujeitas ao desemprego, ao trabalho dito “informal” e a condições precárias de trabalho. Segundo Diana Helene, “Tanto mulheres brancas como negras têm trajetórias em ocupações de menor prestígio e/ou com más condições de trabalho, marcadas pela instabilidade e a vulnerabilidade”¹⁰.

Esses fatos se explicam por atravessamentos de ordem classista, racial e sexual que se fazem presentes, por exemplo, na dificuldade de inserção no mercado de trabalho, na persistente desigualdade salarial entre gêneros e raça e na sobrecarga de trabalho feminino

⁷RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário”. In: **Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005; [pp. 12458-12470] p. 12460.

⁸*Ibid.*, p. 492.

⁹Ressaltamos que as escolhas teóricas apresentadas no artigo são reflexo das observações e interlocuções iniciadas em pesquisa de campo ainda em desenvolvimento na cidade de Salvador/BA, e apesar de não ser objetivo deste trabalho trazer uma análise dessas práticas de trabalho contextualizadas na cidade em questão, elas serão citadas pontualmente ao longo do texto para reforçar ou exemplificar alguns dos argumentos expostos.

¹⁰HELENE, Diana. “Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia”. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, set/dez 2019; [pp. 951-974] p. 963-964.

devido a duplas ou triplas jornadas, a fim de conciliar as tarefas de ordem produtiva com as reprodutivas não remuneradas, socialmente destinadas à mulher no âmbito da divisão sexual do trabalho¹¹. Assim, historicamente, o acesso ao mercado de trabalho lhes foi negado, com anúncios cobrando “boas aparências” mascarando a discriminação racial. Nos setores do comércio, “não se admitiam mulheres como balconistas e apenas uma ou outra mais remediada tinha o seu comércio estabelecido, armazém ou loja de molhados”¹². Hoje, as mulheres negras e pobres ocupam grande parte do trabalho dito “informal”. Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2018, 42% dos trabalhos femininos eram “informais” enquanto os homens ocupavam apenas 20%. As mulheres, em grande parte, estão nos trabalhos de domésticas, cuidadoras, e também no trabalho ambulante e sexual.

Contudo, esses (e muitos outros) trabalhos possibilitam que essas mulheres exerçam a posição de chefes-de-família, número que chega a um terço dos lares brasileiros¹³ chefiados por mulheres. Desse modo, há uma emergência em se pensar o enfrentamento da feminização e da racialização da pobreza, que afeta a vida de muitas dessas mulheres brasileiras, a fim de combater às desigualdades de gênero, raça e classe, possibilitar outras oportunidades de trabalho, distribuição igualitária da renda, políticas públicas efetivas, entre outras políticas sociais, econômicas e urbanas, que considerem a existência e a importância dessas mulheres para a sociedade, a economia, e a produção cotidiana das cidades. Por outro lado, é preciso também considerar que o enfrentamento a essa questão não deve significar a condenação, o estigma e a perseguição a determinados trabalhos, como ocorre com os trabalhos ambulante e sexual, pois, enquanto trabalhos dignos, a importância que esses desempenham na vida dessas mulheres é essencial para a sobrevivência das mesmas, possibilitando movimentar redes sociais, trocas urbanas, conquistas materiais, autonomia feminina e, em alguns casos, mobilidade social.

O trabalho dito “informal”, que aqui chamamos de trabalho ambulante, é comumente encarado como “ilegal, marginal e criminoso”, e isso se evidencia ao observar no cotidiano o

¹¹HIRATA, Helene; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. **Caderno de pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007; pp. 595-609. KERGOAT, Danièle. “A Relação Social de Sexo Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão”. **Pro-Posições**, v. 13, n. 1, jan/abr 2002; pp. 47-59. KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009; pp. 67-75.

¹²DIAS, Maria Odília L. S. “Mulheres sem história”. **Revista de História**, USP, n. 114, 1983; [pp. 31-45] p. 33.

¹³SILVA, Natália Alves da, FARIA, Daniela, PIMENTA, Marília. “Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate”. In: **Anais do Encontro Nacional** da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo. São Paulo: FAU/USP, 2017; [pp. 1-17] p. 13.

tratamento do poder público e/ou projetos urbanísticos¹⁴ direcionados às trabalhadoras nas ruas da cidade, assim como as repercussões nas mídias. Esses tratamentos acabam por reforçar estigmas e tornar ainda mais difícil a vida que as trabalhadoras levam. É comum observar discursos presentes na literatura¹⁵ quanto a essa prática de trabalho na chave da ausência, o encarando apenas enquanto resultado da “crise do trabalho”, a “sobra da mão de obra”, ou mesmo um “caráter temporário”¹⁶, o que deixa de evidenciar as heterogeneidades, complexidades e variadas configurações existentes nesse trabalho de rua, que há muito tempo faz parte das cidades brasileiras. Dessa forma, acaba por limitar as possíveis análises, concentrando as abordagens na falta, nas desigualdades, na precariedade, que existem e fazem parte desse trabalho, sem olhar também as presenças, a importância dele para a vida das trabalhadoras, para a cidade, e mesmo a economia, pois esse trabalho não é uma bolha que está desconectada do mercado capitalista; ao contrário, ele desempenha um papel essencial na circulação de mercadoria e renda dentro dos setores populares¹⁷. Ampliar as possibilidades de leitura frente a essa prática de trabalho faz ressaltar processos sócio-históricos relevantes. E uma das possíveis lentes de leitura é que o trabalho de rua carrega consigo heranças de origem africana, devido à forte presença do trabalho de rua século XIX¹⁸ nas cidades coloniais do Brasil, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, mas não desconsiderando que esta prática de trabalho é atravessada, construída e reconstruída ao longo da história, com mudanças em decorrência de processos sociais, econômicos e políticos¹⁹.

¹⁴BOUÇAS, R. L. J. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 268f. 2015.

¹⁵AMARAL, Manuela Falcão. **O perfil do trabalhador informal da região metropolitana de Salvador: uma leitura dos dados da pesquisa de emprego e desemprego.** Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 56f. 2002. CACCIAMALI, Maria Cristina. “Globalização e processo de informalidade”. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, dez. 2000; pp. 153-174.

¹⁶DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo. “A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador”. **Revista VeraCidade**, v. 3, n. 3, s/n, 2008.

¹⁷PINEIRO-MACHADO, Rosana. “China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a econômica informal”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, 2008; pp. 117-133.

¹⁸SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 133f. 1994. DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI.** Campinas, SP: [s. n.], 2006. FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados Minas Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890).** Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 290f. São Paulo, 2012. REIS, João José. “De olho no canto: Trabalho de Rua na Bahia na véspera da abolição”. **Afro-Ásia**, v. 2, pp. 199-242, 2000.

¹⁹SANTOS, Orlando Almeida. **Dos cantos aos camelódromos: comércio de rua e territorialidade negra no centro antigo de Salvador.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 170f. 2015. NOVAES, Bruna Portella. **Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. 143f. Brasília, 2017.

Relativo ao trabalho de rua e gênero²⁰, para as mulheres, esse trabalho possibilita a articulação com as demais camadas da vida urbana, como a manutenção do lar e os cuidados com os filhos, dada a flexibilização quanto ao horário e a atividade, a possibilidade da presença dos filhos no trabalho, e a incorporação da família na prática do trabalho, assim como pode proporcionar autonomia financeira, fator indispensável para que elas se libertem de parceiros tóxicos e relações de violência doméstica. Sem opções de escolha, o trabalho de rua torna-se uma opção, se não a única, de essas mulheres trabalharem e garantirem a sobrevivência cotidiana. Mas, ao se inserirem nele, defendem que a maior preocupação é em prover e garantir qualidade de vida para si e sua família, em não se exporem a humilhações e explorações aos serviços que exigem baixa qualificação, serem donas e terem o controle do próprio negócio e com jornadas de trabalho flexíveis. Como bem apresenta Rogéria Dutra,

Em concomitância à ótica racional centrada nos fins podemos identificar grupos sociais que priorizam outras formas de trabalho, baseado na autonomia, nas relações pessoais, no trabalho familiar, no valor da criatividade e do imprevisto, nos demonstrando diferentes possibilidades de inserção na vida econômica e possibilidades de se transitar entre elas.²¹

Como se evidencia na literatura²², as mulheres veem como ponto positivo: a liberdade que o trabalho de rua proporciona, por serem donas do seu negócio, e principalmente por não terem patrões, e/ou precisarem cumprir ordens; a possibilidade que a rua proporciona de conhecer várias pessoas, o próprio aprendizado que o trabalho propicia por movimentar outros modos de gestão e organização: “eu gosto dessa profissão porque eu aprendi a multiplicar a mercadoria. O camelô de verdade é aquele que começa com um palito de fósforo e sabe trabalhar para transformar isso aí em uma caixa cheia de palito”²³. E, principalmente,

²⁰GARCIA, Marcos Roberto Vieira et al. “Mulheres guerreiras’: identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo”. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, 2010; pp. 27-42. WEIL, Andreza Gomes; PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. “Mulheres camelôs do centro histórico de Manaus: Identidade e condições de trabalho na praça da Matriz”. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10, 2013, Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013; pp. 1-12. OBSERVATÓRIO das metrópoles. **Camelôs: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro**. 2019.

²¹DUTRA, R. “Entre o urbanismo e a ilegalidade: a dinâmica das atividades informais na configuração das cidades brasileiras”. In: **Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 40, 2016, Caxambu/MG. Caxambu/MG: [s.n.], 2016; [pp. 1-15] p. 11.

²²BOUÇAS, R. L. J. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 268f. 2015. GARCIA, Marcos Roberto Vieira et al. “Mulheres guerreiras’: identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo”. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, 2010; pp. 27-42. OBSERVATÓRIO, das metrópoles. **Camelôs: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro**. 2019.

²³WEIL, Andreza Gomes; PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. “Mulheres camelôs do centro histórico de Manaus: Identidade e condições de trabalho na praça da Matriz”. In: **Anais do Seminário Internacional**

as possíveis conquistas alcançadas, como a criação dos filhos e acesso à moradia²⁴ e a demais serviços, questão de singular importância para as mulheres por serem socialmente responsáveis por papéis de reprodução e manutenção da vida. O papel do trabalho ambulante como meio para a conquista da moradia própria se evidencia a partir da narrativa de uma interlocutora: “essa casa aqui eu construí trabalhando no ponto lá embaixo [era um ponto de ônibus que concentrava todos os ônibus do interior]. Foi a melhor época de venda, construí aqui vendendo amendoim” (Dália²⁵).

No caso do trabalho sexual, a marginalização e a exclusão da atividade se intensificam, uma vez que envolve a prática de uma sexualidade feminina fora do casamento, não reprodutiva e não monogâmica. A relação entre prostituição e pobreza tem sido mote para a proliferação de discursos moralistas, inclusive de movimentos de esquerda e feministas, que decretam o fim dessa atividade laboral como única forma de emancipação das mulheres que dela participam, em vez de incentivarem a luta por melhores condições de trabalho. Tais movimentos enxergam a prostituição como uma forma de exploração de mulheres que não tiveram outra escolha na vida além de se prostituir para sobreviver, colocando-as na condição de vítima do sistema. É esse raciocínio que fundamenta também a política brasileira voltada para a prostituição, de viés abolicionista, que permite a mulher trabalhar de forma autônoma, porém, criminaliza qualquer envolvimento de terceiros no processo, não fazendo uma diferenciação clara entre prostituição, um trabalho legítimo, e exploração sexual, uma atividade criminosa. Pensando nessa incerteza quanto à definição do que seja a prostituição, Monique Prada escreve: “De modo reto e descomplicado, podemos dizer que prostituição consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, de modo regular ou ocasional. É basicamente uma prestação de serviço”²⁶.

Primeiro, é importante considerar que a prostituição é uma atividade desempenhada por pessoas de diversas classes sociais, em diversos arranjos espaciais e por diversos motivos, com flexibilidade de horários, autonomia, bom retorno financeiro para baixa qualificação, etc. Segundo, no caso de prostituição exercida especificamente por mulheres pobres, mesmo que elas tenham tido poucas escolhas na vida, devido à pouca qualificação profissional, nível de escolaridade e/ou questões familiares, ainda assim é preciso considerar sua agência ao se inserir na profissão, assim como a importância dessa para que as mulheres assumam uma

Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013; [pp. 1-12] p. 08.

²⁴BOUÇAS, R. L. J. **No olho da rua**: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 268f. 2015.

²⁵A fim de preservar a identidade da interlocutora, adotamos nome fictício.

²⁶PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018; pp. 49.

posição autônoma de mantenedoras de suas famílias, gestoras de seus bens e conquistem alguma mobilidade social²⁷. O relato de Gabriela Leite a seguir, por exemplo, desvela a trabalhadora sexual como uma mulher que tenta, através de seu trabalho, garantir moradia para si e seus dependentes:

Toda prostituta tem como objetivo maior comprar uma casa, de preferência longe do trabalho, normalmente no subúrbio. E tem que ser uma casa grande. Ela passa anos contando os tijolos para construir essa casa. E cada homem representa uma quantidade de tijolos. É quase um tique da profissão. Eu tinha uma colega, a Marilene, que passou anos fixada nessa história. Ela ia para as reuniões da nossa ONG e, num determinado momento, dizia: “Ai, tenho que ir trabalhar porque preciso comprar cimento”. Pois bem, ela conseguiu terminar a casa, linda, grande, para os lados de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Muito bem. De repente ela começou a ficar muito insatisfeita com a casa. Porque descobriu que lá tinha milícia, era perigoso para os filhos etc. Mas isso ela só percebeu depois que a casa estava pronta. Não teve dúvida: vendeu a casa e comprou um terreno em Maricá. Não é que a Marilene começou tudo outra vez? Quando a encontro, está sempre preocupadíssima em comprar tijolo e cimento.²⁸

Por outro lado, “[...] o dinheiro que ganhou com o trabalho sexual é um dinheiro que não empodera, ainda que tenha exatamente o mesmo poder de compra que o dinheiro recebido pelo exercício de qualquer outra atividade”²⁹. Nesse sentido, Monique Prada critica as investidas no sentido de reprimir o trabalho sexual, já que empurra a mulher para uma situação mais restritiva de suas possibilidades de escolha e não garante um combate efetivo à pobreza, que, no caso, deveria ser o problema. A autora, então, reforça a importância da legalização e regulamentação das relações envolvidas na indústria do sexo, para que a atividade se torne mais segura e menos precária³⁰.

Neste tópico, apresentamos algumas problematizações em torno do estigma que socialmente recai sobre os trabalhos ambulantes e sexual, assim como da necessidade de sua superação e do reconhecimento da legitimidade e do valor que esses trabalhos possuem para as mulheres que o exercem e para a sociedade de modo geral, que se beneficia deles. Prosseguiremos articulando os trabalhos ambulantes e sexual com a produção da cidade, através de uma leitura sobre as práticas de rua realizadas por suas trabalhadoras, ancorada no aporte teórico-conceitual apresentado no tópico a seguir.

²⁷*Ibid.*, pp. 59.

²⁸LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009; p. s/n.

²⁹PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.; pp. 64.

³⁰*Ibid.*, pp. 101.

Interseccionalidade e espaço urbano

Lélia Gonzales é considerada pioneira, dentro do movimento feminista negro brasileiro, em denunciar a necessidade de articular racismo e sexismo como estruturantes e definidores da representação e das experiências das mulheres negras na cultura brasileira³¹. Essa necessidade advém não apenas da instauração de uma ordem racial durante o período de colonização que hierarquizava e submetia povos coloniais, negando sua humanidade e dessa forma também o seu gênero, mas principalmente devido à sobrevivência dessa ordem mesmo após o fim da colonização e da escravidão, de modo que a implantação do regime republicano no Brasil, que supostamente garantiria igualdades de direitos e deveres para todo o povo brasileiro, se baseou em um projeto político construído sob um argumento racial que conservasse a “hierarquia social que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe média urbana”³².

Para Lélia Gonzales, as especificidades do processo de formação racial brasileiro resultam na necessidade de reconhecer a implicação da raça nas nuances das diferentes “imagens de controle”³³ destinadas às mulheres e seu lugar social na cultura brasileira, no que a autora resume em um ditado popular: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”³⁴. Sueli Carneiro também alerta que o discurso clássico da opressão relativo à mulher não reconhece a experiência histórica díspar vivida pelas mulheres negras, de modo que “não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras”³⁵. Como exemplo, a autora questiona acerca de qual mulher se referem quando tratam do mito da fragilidade feminina, usado para justificar a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, já que: “Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis”³⁶.

³¹GONZALES, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, 1988; pp. 133-141.

³²SCHWARCZ, Lília. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; pp. 27.

³³COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016; [pp. 99-127] p. 103.

³⁴GONZALES, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, 1988; pp. 133-141.

³⁵CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANI CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003; [pp. 49-58] p. 50.

³⁶*Ibid.*, pp. 50.

A fim de contribuir, do ponto de vista teórico-metodológico, na identificação e análise da interdependência das relações de poder referentes a diversos eixos de dominação, como raça, classe e gênero³⁷, a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw criou em 1989 o conceito de interseccionalidade:

A Interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.³⁸

Carla Akotirene, em seu livro recente sobre a interseccionalidade, traz contribuições para avançar na discussão e atualização dessa ferramenta no contexto brasileiro, e evidencia que “a Interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas à interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo”³⁹. Para Akotirene, a interseccionalidade é:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.⁴⁰

Levando em consideração que o espaço urbano é composto por várias construções sociais, ou seja, que “os corpos não estão soltos no espaço [...] interferem e são interferidos,

³⁷HIRATA Helena. “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014; pp. 61-73. SILVA, Natália Alves. **Feminismo negro e produção do espaço**: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 126f. 2018. AKOTIRENE, CARLA. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

³⁸HIRATA, Helena. *Op. Cit.*, pp. 63.

³⁹AKOTIRENE, Carla. *Op. Cit.*, pp. 25.

⁴⁰*Ibid.*, pp. 73.

não só pela natureza, mas pela sociedade e contradições que os cerca”⁴¹, acreditamos na necessidade de articular um olhar interseccional sobre a cidade para análise e compressão dos atravessamentos de raça, gênero, classe e sexualidade nas práticas de trabalho ambulante e de prostituição realizadas por mulheres no espaço urbano. Pelas complexidades existentes no espaço urbano e pela diversidade do “ser mulher”, consideramos, em diálogo com o feminismo negro, que apenas a discussão e a análise das desigualdades de gênero não são suficientes para a compreensão das realidades das mulheres brasileiras, em especial as mulheres ambulantes e prostitutas. Junto às questões de gênero, encontram-se presentes demais marcadores sociais, como raça, classe, sexualidade e geração, que possuem dimensões sociais e espaciais e, articuladas ao espaço urbano, o entrecruzamento desses marcadores ampliam as opressões e as desigualdades urbanas: “diferentes opressões se cruzam, se interpenetram e se inter-relacionam na constituição das cidades, estruturando uma série de hierarquias e injustiças socioespaciais”⁴². Dessa forma, Alecsandro Ratts enfatiza:

É necessário evidenciar que considero que as relações raciais têm uma nítida dimensão espacial, assim como as relações de gênero são construídas em âmbitos espaciais sobremaneira definidos. Dizendo de outra maneira, os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções não são exclusivas, o que não quer dizer que não existam.⁴³

Junto à perspectiva interseccional sobre o espaço urbano, mobilizamos a noção de fazer-cidade⁴⁴ para nos auxiliar na análise e abordagem que buscamos construir acerca da presença ativa das mulheres no trabalho ambulante e sexual no espaço urbano. Michel Agier vai dizer que a “cidade é feita essencialmente de movimento”⁴⁵, e é a partir do movimento que a cidade se torna uma construção permanente. Na expansão dos universos sociais e urbanos, de forma que o fazer-cidade é entendido enquanto um processo contínuo, sem fim e sem

⁴¹TAVARES, Rossana. “Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades”. In: **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 17, 2017, São Paulo. São Paulo: FAU USP, 2017; [pp. 1-12] p. 04.

⁴²TAVARES, Rossana Brandão; HELENE, Diana. “Meu corpo, meu território: Mulheres e direito à cidade a partir das relações interseccionais no espaço urbano”. In: **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 18, 2019, Natal: Edufn, 2019; [pp. 1-6] p. 1.

⁴³RATTS, Alecsandro J. P. “Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras”. In: **Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 37, 2013, Águas de Lindoia/SP. Águas de Lindoia/SP: [s.n.], 2013; [pp. 1-20] p. 01.

⁴⁴AGIER, Michel. “Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro”. **MANA**, v. 21, n. 3, 2015; pp. 483-498.

⁴⁵*Ibid.*, pp. 484.

finalidade, mas que tem em sua essência a busca pelo direito à cidade⁴⁶. Sendo assim, é no movimentar constante das mulheres trabalhadoras de rua que elas se apropriam, ocupam, permanecem, dão novos usos, transformam o espaço no qual estão inseridas, nessas múltiplas maneiras de se fazer-cidade, através da mobilidade cotidiana ou mesmo imobilidade, quando estão paradas nos seus pontos de trabalho. Assim, partimos do princípio de que a existência das trabalhadoras no espaço urbano a partir da ocupação da rua, apropriação dos espaços, mudanças no cotidiano urbano, é própria do fazer-cidade, mobilizada pelo movimento cotidiano da rua e pela busca do direito à cidade e direito ao trabalho. A partir do fazer-cidade, é possível considerar que as mulheres ambulantes e prostitutas constroem a cidade no cotidiano do trabalho de rua.

E é nesse fazer-cidade cotidiano que táticas⁴⁷ são acionadas para permanência, sobrevivência, usos e disputas cotidianas das mulheres trabalhadoras ambulantes e sexuais no espaço urbano. É na relação com o espaço e as mais variadas situações presentes nele que as táticas entram em ação, quase como um jogo, “que não obedecem à lei do lugar e nem se definem por este”⁴⁸ e que o sujeito joga “com o terreno que lhe é imposto”⁴⁹. De maneira criativa, astuciosa, subversiva, lida com as situações impostas, e com astúcia atinge com golpe o campo minado do inimigo.

Michel de Certeau⁵⁰ afirma que diversas práticas do cotidiano são do tipo tática, e no espaço urbano, em especial, nas práticas de trabalho ambulante e sexual, observa-se que as táticas mobilizadas pelas mulheres para a prática do trabalho de rua são das mais variadas. Como propaganda dos produtos, chamada de clientes, posturas nos pontos de trabalho, fuga de fiscais, entre outras, visando a permanência, a venda dos produtos, o ser “notada”, que são construídos a partir dessa presença na cidade. Contudo, vale pensar também que nem sempre se tem êxito em aplicar as táticas no cotidiano, pois às vezes a invisibilidade se faz necessária dado o território em que se encontram, ou a concorrência existente, os recursos materiais, espaciais e sociais disponíveis impedem ou dificultam sua manifestação, assim como outras impossibilidades próprias do tempo e do espaço.

Como veremos a seguir, as trabalhadoras ambulantes e prostitutas, no fazer-cidade cotidiano, são atravessadas pelas discussões postas acima, acerca do sexismo, machismo, racismo, patriarcado, e demais marcadores sociais presentes no espaço urbano, pois a

⁴⁶*Ibid.*

⁴⁷CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

⁴⁸*Ibid.*, p. 92.

⁴⁹*Ibid.*, p. 100.

⁵⁰*Ibid.*

heteronormatividade e o patriarcado, com suas relações de poder, manifestam-se nas interações sociais e, assim, influenciam na ordenação do espaço urbano⁵¹.

Práticas de rua e o fazer-cidade: a rua também feminina e negra

A rua ocupa um lugar central nas práticas de trabalho investigadas. Apesar de a prostituição ocorrer sob diversos arranjos espaciais, como em clubes, boates, pensões, saunas, salas de massagem ou até mesmo virtualmente, este artigo se atém apenas na prostituição de rua, em associação com o trabalho ambulante e suas diversas configurações também no espaço público – em fluxo, fixos, em esquinas, pontos de ônibus, dentro dos ônibus, praças, largos, etc. – para comercialização de uma variedade de produtos. Nesse sentido, a rua é o local da prática desses trabalhos, “o espaço privilegiado para oferta dos seus bens e serviços à população em geral”⁵², mas não se resume a isso. Posto que trabalhar na rua é conviver com o acaso, a vulnerabilidade, a insegurança, a precariedade, os conflitos e disputas, assim como trocas, sociabilidades, vínculos e relações, que proporcionam no cotidiano da cidade transformações e acontecimentos.

A rua desempenha função essencial na circulação da informação e de mercadorias; enquanto lugar do diferente, da socialização e da democracia⁵³, ela passa a ser “o *locus* de encontro dos diversos elementos que compõem a heterogeneidade urbana, passando de local de circulação a local de visibilidade e confronto”⁵⁴. A rua também é “lugar estratégico de observação da vida cidadina”⁵⁵, e mais, a “‘rua’ alude a modos socialmente precisos de conceber a vida social”⁵⁶. Urpi Montoya diz que “[...] las etnografías urbanas están mostrando que la calle no es solo tránsito, multitud, anonimato, actitudes *blasé*, o vías de locomoción; las calles son lugares de relaciones y contactos que muchas veces suelen ser bastante familiares”⁵⁷.

⁵¹BERTH, Joice. “O caminho da equidade no planejamento o espaço urbano”. **Revista Arquitetas Invisíveis: pioneiras**, Brasília, n. 1, 2016; pp. 73-74.

⁵²DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz. Paulo. “A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador”. **Revista VeraCidade**, v. 3, n. 3, s/n, 2008; pp. 9.

⁵³BOUÇAS, R. L. J. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 268f. 2015.

⁵⁴HELENE, Diana. D. “O teto e a rua”. **Ponto Urbe [Online]**, n. 3, 2008; [pp. 1-15] p. 03.

⁵⁵FRÚGOLI, Heitor. Jr. “As experiências de rua”. Resenha de CORDEIRO, G.; VIDAL, F. (orgs.). A rua: espaço, tempo, sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte, 2008”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 24, n. 71, 2000; [pp. 172-176] p. 172.

⁵⁶FREHSE, Fraya. “A rua no Brasil em questão (etnográfica)”. **Anuário Antropológico**, v. 2, 2014; pp. 02.

⁵⁷URIARTE, Urpi Montoya. “Calle y calles de Brasil: imágenes, lecturas y etnografías”. **Contratexto**, n. 23, 2015; [pp. 49-68] p. 65.

Segundo a normativa de gênero, há que se considerar a imposição de uma diferenciação sexual do espaço que organiza a rua, e o espaço público no geral, como ambiente masculino, enquanto o papel de reprodutora e mantenedora da vida, historicamente destinado às mulheres, as posicionam no espaço doméstico, privado, estruturado em torno da instituição família. Contudo, na prática da cidade, essa imposição não é absoluta, apesar de comumente se criar uma dissociação da relação entre a mulher e a prática de rua, no que, do ponto de vista feminino, o espaço público costuma ser representado como local de perigo e ausência de agência. A partir desse raciocínio, surgem contradições como, por exemplo, as constatações de que: os deslocamentos realizados pelas mulheres na cidade são superiores e mais variados do que os dos homens devido à sua maior realização de atividades reprodutivas e mantenedoras da vida cotidiana⁵⁸; as mulheres são as grandes protagonistas no campo político das lutas sociais por direito à moradia digna e à cidade, justamente por serem as mais afetadas pela crise dos serviços urbanos⁵⁹; e a violência sofrida pelas mulheres ocorre, estatisticamente, em grande parte, em seus próprios lares e não no espaço público⁶⁰.

Dentro disso, Sueli Carneiro destaca a histórica da presença da mulher negra na prática de rua das cidades brasileiras através da prática do trabalho, cuja contribuição para produzir a ambiência heterogênea da rua também fica velada diante desse discurso dicotômico homem-público/mulher-privado: “Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, *quituteiras*, *prostitutas*”⁶¹. Destacamos a atuação pública e histórica das *ganhadeiras* no século XIX, mulheres negras que desempenhavam papéis importantes em ruas, feiras e mercados. Elas contribuía significativamente para o desempenho do comércio de rua, trabalhavam como ambulantes e *quituteiras*, ganhavam a vida com venda de comidas: canjicas, mingaus de tapioca, mungunzá, arroz de hauçá, carne de baleia, angu, caruru, entre outros⁶², em grande

⁵⁸GONÇALVES, Lua Almeida Bittencourt ALBUQUERQUE, Maria Braga. A mobilidade nas cidades da metrópole: uma questão de gênero. In: **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 18, 2019, Natal: Edufrn, 2019; pp. 1-13.

⁵⁹SIQUEIRA, Lúcia de Andrade. **Por onde andam as mulheres: percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife**. Recife: O Autor, 161f. 2015.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019. p. 962-967.

⁶⁰*Ibid.*, p. 959.

⁶¹CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANI CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003; [pp. 49-58] p. 50.

⁶²MATTOSO, Kátia Queiroz. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. Campinas, SP: [s. n.], 2006. GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

parte, iguarias africanas, mantendo o legado desse continente em solo brasileiro; em segundo plano vendiam tecidos e miudezas.

Na contemporaneidade, permanece a importância do serviço que essas mulheres exercem, tanto para a população quanto para o espaço urbano, ao ocuparem ruas e espaços públicos da cidade, oferecendo uma gama variada de produtos, como alimentos, bebidas, acessórios, objetos pessoais, eletrônicos, entre outros. Essa constância nos espaços públicos também favorece a dinâmica local, atrai público, possibilita usos, movimentam ruas e espaços, produzem cidade. Assim, essa presença cotidiana nas ruas de Salvador contribuiu para o acesso facilitado a produtos e serviços, tanto pela proximidade física nos deslocamentos diários, em diversos espaços, quanto pelo preço.

Inseridas no cotidiano citadino, permeado por uma complexidade de questões anteriormente citadas, essas trabalhadoras e praticantes de rua também eram participantes da sua construção, o que ocorre até os dias de hoje, já que as mulheres continuam se engajando nos trabalhos ambulantes e sexuais. Entendendo que a prática de trabalho na rua envolve não apenas a realização do trabalho em si, mas também a interação e a socialização das mulheres com os clientes, os passantes, os demais vendedores e atores sociais envolvidos, podemos evidenciar que as trabalhadoras de rua têm, historicamente, rompido com o discurso oficial de diferenciação sexual do espaço, criando territórios de intensa sociabilidade feminina no ambiente da rua, marcados por trocas de informações, momentos de lazer e descanso, conversas sobre os mais variados assuntos, prestação de ajuda e apoio mútuos. Para Pasini:

O ponto de prostituição é o local privilegiado de sociabilidade. Principalmente porque, enquanto elas estão nos pontos, realizam mais do que negociações com os clientes. Neste espaço elas conversam sobre seus problemas, trocam experiências e ajudas, aconselham-se, enfim, interagem. Essa reunião de mulheres é um modo de formar laços, de estar com os outros, de formar grupos através da sociabilidade.⁶³

A sociabilidade que o trabalho ambulante proporciona nas ruas da capital baiana⁶⁴ é das mais diversas, variando conforme o local de realização do trabalho, tipos de produtos comercializados, perfil das trabalhadoras, entre outras variáveis. Milton Júlio e Urpi Montoya vão dizer que “os equipamentos dos ambulantes costumam se tornar pontos fixos nos quais se

⁶³PASINI, Elisiane. “**Corpos em evidência**”, **pontos em ruas, mundos em pontos**: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000; pp. 42.

⁶⁴Essa reflexão vem a partir da pesquisa de campo em andamento.

pode ‘bater um papo’ ou sentar rapidamente”⁶⁵. A apropriação dos espaços urbanos por mulheres ambulantes proporciona transformações no espaço, seja por uma mulher, com sua “guia”⁶⁶ vendendo bebidas, seja vendendo um churrasquinho, com um caixa de som, cadeiras espalhadas, e vários outros elementos que proporcionam o acontecimento dessa sociabilidade. Com isso, a concentração de pessoas vai ocorrendo nesse ocupar de espaços, atraídos por esses diversos elementos que compõem um ambiente ideal para quem procura o que se pode encontrar ali: passar um tempo, bater um papo, consumir determinados produtos. Nessa presença no espaço, assuntos como política, trabalho, situações do cotidiano, problemas pessoais, notícias que circulam nos jornais da cidade, do futebol, são mobilizados e retroalimentam esse estar presente. Há ainda clientes que cantam, dançam, tiram fotos, fazem piadas, circulam pelo espaço, e os que também “enchem o saco”, como relatou uma das interlocutoras. Dessa forma, as trabalhadoras e seus clientes transformam a relação com a rua e o espaço urbano não apenas do ponto de vista econômico, ou de uma necessidade de sobrevivência ou de circulação, mas também social, como ponto de encontro, de trocas, de lazer, de reflexões, costurando redes de sociabilidade no cotidiano da cidade. Como enfatizam Milton Filho e Urpi Montoya:

Quanto aos indivíduos que trabalham nas atividades ligadas ao comércio ambulante, a rua é um espaço privilegiado para ameaharem a sua sobrevivência, não só material, mas também ‘social’; isso se levarmos em conta as teias de sociabilidade que costuram nos lugares por onde passam com seus tabuleiros e cangalha.⁶⁷

Por outro lado, uma das questões que se apresenta a partir da presença das trabalhadoras no espaço público é o processo de estigmatização, associado aos papéis de gênero, que contribui para a negação de direitos a essas mulheres. Gail Pheterson utiliza o termo “estigma de puta” para descrever uma marca social construída a partir da identidade da prostituta - a “mulher pública” por excelência e representação máxima do modelo oposto ao da “mulher ideal” - que legitima o controle, a negação de direitos, as punições e as restrições discriminatórias a mulheres que transgridam papéis de gênero. A prostituta é, por definição, a incorporação desse estigma. Porém, outras mulheres negras e pobres trabalhadoras de rua

⁶⁵FILHO, Milton Júlio de Carvalho; URIARTE, Urpi Montoya. **Panoramas urbanos**: usar, viver e construir Salvador. Salvador: EDFUBA, 2014; pp. 63.

⁶⁶Guia (ou banca, barraca, ponto, como também é utilizado nas demais cidades brasileiras) é uma denominação utilizada pelas trabalhadoras de rua em Salvador/BA para se referir aos seus produtos e instrumentos de trabalho. A guia também expressa um modo de vida adotado por essas mulheres, que possibilita ganharem seu dinheiro de forma digna e honesta.

⁶⁷FILHO e URIARTE. *Op. Cit.*, pp. 182.

também estão expostas a ele, por ocuparem determinados espaços da cidade, pela cor da pele e por ser da classe trabalhadora⁶⁸.

Junto a isso, essas trabalhadoras estão expostas ao estigma e à violência devido ao próprio trabalho que realizam, e, nesse caso, se sobressai a própria violência institucional, que, historicamente, persegue e criminaliza os trabalhos ambulante e sexual, e ainda hoje usa de seu poder para realizar um controle repressivo sobre os espaços onde ambos os trabalhos se instalam na cidade. Muitas vezes, a partir de discursos de ordem pública que velam parcerias com interesses privados na busca por valorização econômica de determinados setores urbanos, totalmente alheios a escolhas, direitos ou segurança dessas mulheres “marcadas”. Desse modo, tais intervenções estatais invariavelmente implicam na desestruturação das redes de troca e sociabilidades consolidadas e tão importantes para as mulheres quanto à própria realização do trabalho. O que acarreta uma reação de resistência e rearranjo das atividades no espaço oficialmente desautorizado, mesmo com as repressões, gerando conflitos: “Assim, apesar de todo o esforço e política para criar um espaço repressivo, a vida reaparece, ela se impõe”⁶⁹.

No caso do trabalho ambulante, o controle estatal, por meio do decreto nº 12.016 de 1998⁷⁰, tem o poder de definir os locais da cidade para livre comercialização e impor certa padronização dos elementos de trabalho e vestimenta, podendo negar o alvará para trabalharem nos locais solicitados e alterar a qualquer momento as regras para ocupação do espaço por motivos considerados de interesse público. Realocando as trabalhadoras para lugares distantes de seu local de moradia, sem público e sem movimento. Há situações em que, mesmo sem a licença e correndo riscos, as trabalhadoras se colocam em determinados espaços para venderem seus produtos, criando táticas para evitar que a fiscalização apreenda suas mercadorias.

Nesse contexto, no cotidiano as mulheres estão mais sujeitas à discriminação e preconceitos no espaço urbano. Seja pela sociedade ou órgãos públicos, sofrem ações como apreensão de mercadorias, “no combate à ilegalidade, a fiscalização frequentemente é realizada na base da violência física, que é sempre acompanhada pela violência moral e

⁶⁸PHETERSON, Gail. **The prostitution prism**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996; pp. 11-13.

⁶⁹URIARTE, Urpi Montoya. “Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espacos na cidade de salvador”. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, ago/dez. 2014; [pp.115-134] p. 128.

⁷⁰SALVADOR (Município). **Decreto n. 12.016, de 08 de junho de 1998**. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município de Salvador e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.apms-ba.com.br/publicacao_view.jsp?idPub=500> Acesso em julho de 2020.

psicológica”⁷¹. Há casos de roubo, assédio, coerção e cobrança de propinas, em grande parte, para as trabalhadoras que não dispõem de licença e/ou alvará, por parte do poder público, de grupos criminosos de traficantes e milicianos ou administradores informais dos pontos de venda⁷². Além dos recorrentes conflitos desencadeados pelas “denúncias” por parte do setor privado local.

No caso da prostituição, o Brasil possui uma política de cunho abolicionista, o que significa que a atividade, quando praticada de modo autônomo, sem o envolvimento de terceiros, não é ilegal. Desse modo, a prostituta que utiliza o espaço da rua de modo autônomo e voluntário para oferecer o serviço sexual não está agindo de modo ilegal. Contudo, esse arranjo espacial para a prática da prostituição implica numa maior visibilidade da mulher, o que gera maior exposição a situações de conflito, discriminação e preconceito da população de modo geral, assim como maior controle e repressão estatal, principalmente diante de ações de “limpeza social” das ruas para revalorização de áreas da cidade⁷³.

Os gestos, o comportamento, a aparência, a vestimenta e as formas de abordagem são elementos importantes para captar os clientes, porém seus “excessos” podem acarretar em prisão, o que implica em uma forma de controle da atividade pelo Estado. A violência policial tem sido historicamente um dos maiores problemas para o exercício da atividade nesses moldes, e o movimento de prostitutas no Brasil tem sido importante para enfrentá-la e denunciar a conduta como violação de direitos humanos⁷⁴, assim como para encabeçar movimentos de luta por permanência diante de ameaças de expulsão, instaurando disputas por espaços na cidade.

Fernanda Silva, ao estudar os processos de socialização e de construção de saberes no cotidiano de prostitutas de rua em Salvador, destaca o termo “batalha” como definidor das experiências que envolvem o “fazer a vida” na prostituição de rua, que não se resumem às atividades laborais em si. Mas também se direcionam às relações e interações no espaço com outros atores sociais, que tanto expressam julgamentos moralistas que as constroem, envergonham e culpabilizam, tornando seu local de trabalho um “campo de batalha”, quanto

⁷¹GASPAR, Centro Gaspar Garcia de direito humanos. **Mulheres Ambulantes se dando conta da violência**. 2015; p. 11.

⁷²OBSERVATÓRIO, das metrópoles. **Camelôs: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro**. 2019.

ITIKAWA, Luciana. Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. In: COMIN, Álvaro (org.). **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central**. São Paulo: CEBRAP/EMURB/CEM, 2004, pp. 340-362.

⁷³HELENE, Diana. **“Preta, pobre e puta”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015; pp. 170-195.

⁷⁴PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018; pp. 55-56.

dão suporte por solidariedade e partilha, enfrentamento e apoio mútuo, para que elas se construam como mulheres guerreiras, “da batalha”, livres, autônomas e independentes:

*A batalha, ora é entendida como um trabalho, lugar/exercício por onde elas garantem seu sustento e de seus familiares, ora este espaço é visto e sentido como lugar de exploração, violação, preconceito; e ora, este espaço é visto e sentido como lugar de encontro e trocas.*⁷⁵

Desse modo, mesmo que as mulheres partam de um contexto social desigual, elas “[...] significam, dão sentidos, constroem relações, círculos de amizades, criam conflitos, suprem suas necessidades e de seus familiares, enfim, vivem a partir desta realidade e por isso estes elementos também não devem ser desconsiderados”⁷⁶.

Um dos pontos que Silva traz é a mobilidade que existe entre o trabalho sexual e o trabalho ambulante como opções de atividades laborais das suas interlocutoras, sendo que a maioria enxerga no trabalho ambulante uma possibilidade para sair da prostituição e se manter trabalhando no mesmo espaço público em que exerce o trabalho sexual, de modo a preservar as relações já criadas sem precisar se expor à discriminação que envolve o trabalho de prostituta. Apesar disso, a prostituição ainda se estabelece como uma melhor opção pelo montante de dinheiro que proporciona, motivo pelo qual a maioria das mulheres se mantém na profissão⁷⁷. Por outro lado, uma interlocutora em campo relatou que, em 2016, durante a execução de uma ação municipal que objetivava substituir os isopores por *coolers* padronizados para vendedores ambulantes licenciados nos bairros do Rio Vermelho, Barra e Centro Histórico, houve uma mobilização para que as prostitutas se beneficiassem também da ação, em uma tentativa salvacionista da Prefeitura de oferecer uma outra possibilidade de trabalho em substituição à prostituição, o que pode ter contribuído para reforçar o imaginário estigmatizante do trabalho sexual e estimulando as trabalhadoras a publicamente relatarem preferência pelo trabalho ambulante como uma possibilidade de saída da profissão. E do conseqüente fim à exposição de situações preconceituosas e discriminatórias associadas à representação social da prostituta.

Esse fato demonstra o quão próximo estão as duas atividades da realidade dessas mulheres e de suas possibilidades de escolha de vida para se firmarem como agentes que proveem para si e seus dependentes, para sua comunidade e para a cidade de modo geral. E, a

⁷⁵SILVA, Fernanda Priscila. **Mulheres pobres em circulação**: aprendizados e saberes construídos na batalha nas ruas de Salvador. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2017; p. 197.

⁷⁶*Ibid.*, pp. 171.

⁷⁷*Ibid.*, pp. 146-149.

partir da inserção nesses trabalhos que envolvem práticas de rua, como as trabalhadoras produzem um outro modo de fazer-cidade que envolve a desestabilização do discurso de cidade pautado na normativa de gênero que determina o espaço público como masculino. Esse outro modo de fazer cidade engloba a construção de redes de sociabilidade feminina e de táticas de resistência às expulsões e às diversas formas de perseguição e controle inerentes ao exercício dessas atividades laborais e ao atravessamento delas pelas ordens de gênero e raça, o que compõem a ambiência heterogênea da rua e a consolidam como também feminina e negra.

Conclusão

Partindo da aproximação entre duas práticas de trabalho de rua – trabalho ambulante e prostituição de rua – buscamos evidenciar que diante do entrecruzamento de ordens de gênero, classe, raça e sexualidade, que reproduzem desigualdades no espaço urbano, as trabalhadoras se fixam em ruas e demais espaços públicos, ocupando lugares urbanos que não foram pensados nem construídos para elas. Sendo que sua presença e suas ações significam a possibilidade de produzir cidade e de exercer e gozar livremente de seu direito à cidade, rompendo com a lógica segregacionista entre espaços femininos e masculinos. Nesse contexto, expomos que na disputa cotidiana pela permanência, pelo trabalho e por respeito, as práticas dessas mulheres da/na rua implicam em disputas, negociações, apropriações, e principalmente sociabilidades, que resultam na afirmação da rua como também feminina e negra.

Para isso, optamos pela articulação entre a interseccionalidade e o espaço urbano, assim como pela mobilização da noção de fazer-cidade, na construção de um aporte teórico-conceitual necessário para uma análise da cidade produzida pelas trabalhadoras de rua. Dentro disso, apresentamos também a necessidade de reivindicarmos os trabalhos ambulante e sexual como trabalhos dignos, ressaltamos a necessidade de políticas de regulamentação desses trabalhos, garantia de direitos sociais, inclusão dessas práticas de trabalho na política urbana, pois a leitura na chave das ausências, marginalização, precariedades e ilegalidade reforça estigmas, discriminações e políticas que recaem diretamente nas trabalhadoras, resultando em perseguições, ataques, impossibilidade de trabalhar e aumentando ainda mais a desigualdade, precariedade e vulnerabilidade que vivenciam. O trabalho de rua desempenha na vida das mulheres um lugar significativo, possibilitando movimentar redes sociais, trocas urbanas, conquistas materiais e, em alguns casos, mobilidade social, apresentando assim, uma

possibilidade de autonomia e/ou libertação frente a situações nas quais vivenciavam anterior ao trabalho de rua. Não desconsideramos a dura realidade na qual estão inseridas e enfrentam todos os dias, mas buscamos apresentar que elas são produtoras da sua vida cotidiana, e que por meio do trabalho de rua buscam modos outros de enfrentar a realidade que estão inseridas. Assim, enfatizamos a importância deste trabalho para a vida dessas mulheres, e mesmo para a organização da cidade, já são práticas de trabalho historicamente presentes na constituição e no cotidiano das cidades brasileiras.

Enquanto primeiro ensaio de aproximação entre essas duas práticas de trabalho de rua, iluminaram-se questões que necessitam de maiores investigações e desdobramentos, como um aprofundamento nas práticas de rua e nas táticas desempenhadas pelas trabalhadoras, pois estas apresentam modos de ler a cidade, respostas a projetos-ações-intervenções, e exprimem a dinâmica urbana existente, as várias camadas e atravessamentos existentes nessa relação do trabalhar na rua. Reconhecer a importância desses outros modos de fazer-cidade para a produção do espaço urbano, em articulação com o compromisso de construir políticas públicas para garantia plena de direitos e cidadania para todos, possibilita pensar em projetos de cidade menos excludentes e mais democráticos.